

AS DUAS CARAS, A OLIVEIRA E O LEÃO

António Amaro das Neves

O mundo é uma Hidra e um Janus. Muitas cabeças com muitas faces.

Albertino Gonçalves

Os de Guimarães têm duas caras!

Ó boca que tal disseste! Em resposta a semelhante agravo, fervia a desordem e a pancada.

A. L. de Carvalho

Uma imagem é um objeto que se apresenta ao olhar. O que nela se vê, depende dos olhos de quem a observa, da sua história de vida, da sua cultura e da sua inteligência. Porque a visão não é o reflexo mecânico do que os olhos fitam. É uma construção do pensamento. Podemos olhar uma imagem e ficar pela superfície – pelo que aparenta ser e pelo modo como afeta a nossa sensibilidade. Mas há quem olhe de outro modo, procurando perceber o que o criador representou intencionalmente, mas também o que lá colocou inconscientemente, enquanto emanção espontânea de si, do seu tempo histórico e da comunidade a que pertence, para se aproximar da compreensão da obra que os seus olhos veem. Que, ainda assim, será sempre uma visão incompleta, porque a obra de arte não é apenas o que o artista pôs nela, mas também o que nela coloca o olhar de quem nela repara. E há olhares que veem com mais agudeza e sensibilidade. Atentam no conjunto, trabalham os detalhes à lupa e a escalpelo, recriam o contexto do tempo e do espaço em que foram produzidas, percebem as imagens e o seu imenso poder de sugestão e devolvem-nas como objetos culturais carregados de referências, significados e sentidos. Olhares que iluminam, como os textos de Albertino Gonçalves, com a sua escrita elegante, límpida e inspiradora, que nos permitem, a nós que, por sermos “filhos de Gutenberg, tardamos a ponderar o poder da imagem”, compreender o que nos mostravam os olhos e não enxergávamos.

Este texto é uma tentativa de decifração de uma imagem que, como adverte o padre Rafael Bluteau, por ser “obra de escultor, melhor fora dizer *figura*, ou *escultura*, do que *imagem*” (1713, p. 54). Talhada no rude granito da terra, não tem a delicadeza do mármore, nem a plasticidade do barro ou do bronze. Não é um primor artístico, nem mereceu, até hoje, a mais breve atenção dos historiadores de arte. Não saiu do escopo de um escultor consagrado, mas do cinzel de imaginário de um mestre lavrante de pedraria. É obra de um pedreiro, portanto. Integra-se na moda da criação de figuras tutelares de cidades, inspirada na tradição das estátuas epónimas gregas, comum em Portugal nos séculos XVIII e XIX. Enquanto objeto artístico, não é particularmente interessante. A sua singularidade resulta de ser a fonte de inspiração do ápodo das *duas caras*, aplicado a Guimarães e aos seus habitantes.

*

Durante a Idade Média, o mercado de Guimarães estendia-se entre a praça da Oliveira e a de S. Tiago, onde se situava a praça do Peixe. Era aí que os vizinhos se abasteciam de carne, peixe, pão, hortaliças, fruta, vinho, azeite, carvão e outros géneros essenciais à vida quotidiana. Este comércio funcionava em lojas, com balcões nos pisos térreos de casas de habitação, ou em tendas, com bancas montadas nos alpendres ou na rua.

Com o crescimento urbano, aquele espaço deixou de ser suficiente para as funções de mercado quotidiano, não satisfazendo o incremento da procura, nem a diversificação da oferta. No início do século XVII, projetou-se uma nova praça encostada à muralha, junto à única torre que sobreviveria até aos nossos dias, onde agora se proclama que *aqui nasceu Portugal*. Em 1611, Filipe II de Portugal mandou erguer ali uma casa de mercadorias. Posta em hasta pública, a empreitada foi adjudicada ao autor do risco, o arquiteto João Lopes de Amorim (Guimarães, 1902), pelo valor de um conto e cem mil réis, custeado pela receita de uma finta extraordinária que se aplicaria à venda de carne no concelho. Em setembro do mesmo ano, o rei determinou que a casa deveria ser térrea e não sobradada, por implicar “menos fábrica e custo” (Filipe II, 1611). A obra seria dada por concluída em finais de 1613, embora já estivesse em funcionamento desde o ano anterior. Aí se faria o comércio de cereais, de frutas e de legumes e se receberiam os mantimentos e outras mercadorias que chegavam à vila, nomeadamente pão em grão, azeite, queijos, figos secos, panos, lãs. Servia também para alojamento dos almocreves que se dedicavam ao comércio daqueles géneros. Era o local onde se vendia o pão das terças (a parte dos cereais que os agricultores eram obrigados a entregar ao celeiro municipal, para consumo público) e se mercadejava a sardinha galega seca, salgada ou fresca. Tinha também

funções de fiscalização da atividade económica, como o repeso (verificação do peso das mercadorias) e a recolha dos produtos apreendidos e das rendas do concelho. Ali tinha residência o alfandegueiro, o oficial que procedia à verificação dos géneros que entravam e saíam e à vigilância dos bens à guarda da Alfândega. De fora ficava o comércio de carne, que se encostou ao mesmo pano da muralha, mas intramuros, no troço final da rua do Anjo, que passou a ser a rua dos Açougues, assim como o de pescado fresco, que continuou a ser vendido na praça do Peixe.

Conhecido como a Casa da Alfândega, era um complexo edificado com cerca de cinquenta metros de extensão e mais de vinte de largura, levantado a seguir à torre que lhe tomaria o nome. De planta retangular, estendendo-se na direção da Torre Velha, era formado por um edifício de sobrado, de onde partiam duas alas de casas térreas, as boticas, umas destinadas à recolha de mercadorias, outras dedicadas à venda de cereais em grão ou de peixe seco e salgado. As alas das boticas eram separadas por um rossio com mais de cinco metros de largura que terminava, do lado do Poente, numa grande porta de dois batentes, que o alfandegueiro encerrava ao cair da noite. Na frente do edifício voltada a Sul, erguia-se uma alpendrada de pedra que abrigava as tendas onde se mercadejava pão, frutas e legumes e ferradores ofereciam os seus serviços (Ribeiro, 1863).

Pelo investimento que envolveu e pelo renome de João Lopes de Amorim, que o desenhou e construiu, podemos concluir que se trataria de um edifício de bom porte, mas não lhe conhecemos a traça. O Padre Carvalho da Costa refere a existência, sobre a porta de acesso ao rossio das boticas, de “um remate com um escudo das Armas Reais pintadas e douradas, entre duas pirâmides de pedra, e, sobre a Coroa Real das Armas, outra pirâmide” (Costa, 1706, p. 53). Este brasão será um dos dois que pertenceram a este edifício que hoje se guardam no Museu da Sociedade Martins Sarmento. O segundo teria sido colocado depois da visita do autor da *Corografia*, que não o descreve, nem faz qualquer menção à escultura que representa Guimarães, nem a duas inscrições em padieiras, que o padre Ferreira Caldas transcreveria.

*

Nenhuma das descrições mais antigas da Alfândega faz menção à estátua que representa Guimarães. Ainda nada sabemos sobre a sua origem. A primeira referência que até hoje encontrámos está num texto humorístico publicado em julho de 1838, no n.º 170 do *Periódico dos Pobres no Porto*, reproduzido no início de agosto na secção *Revista dos Jornais* de *O Ecco – Jornal Crítico, Literário e Político*. Trata-se de uma *Carta do cidadão Kikiriki Júnior ao Barbeiro*, com a descrição satírica de uma viagem por terras do Baixo Minho. Em Guimarães, o viajante ficou alojado na Praça

da Oliveira, na célebre estalagem da Joana, a *Joaninha* dos pastéis e dos romances de Camilo. O escriba, que assina com o pseudónimo *Cidadão Kirikiki Júnior* (muito provavelmente, seria José de Sousa Bandeira, pioneiro do jornalismo português, fundador do primeiro jornal do Minho, o *Azemel Vimaranesense* e que, por aquela altura, colaborava no *Periódico dos Pobres*), informa, a dado passo, que “em pintar um mono de pedra que está sobre a Alfândega, tinha a Câmara gastado cem mil réis, quando uma moeda era mais que suficiente” (Ecco, 1838). O *mono de pedra* da Alfândega era a estátua do *Guimarães*, que hoje se encontra sobre a platibanda do antigo Paço do Concelho de Guimarães.

No último dia de dezembro de 1874, a Câmara Municipal aprovou a subscrição de um empréstimo para a conclusão de melhoramentos no Tournal e para o “corte, expropriação e demolição da alpendrada da alfândega do peixe, e dos prédios necessários para o alinhamento das casas do lado do Sul do mesmo campo com a fachada do lado nascente do terreiro de S. Francisco”. Em março de 1876, um decreto régio autorizava a expropriação da Alfândega, que começou a ser demolida dois meses depois. Na mesma altura, a Câmara mandou inspecionar o edifício dos paços do concelho, para verificar se a estátua da Alfândega podia ser implantada ali. No dia 11 de agosto, o *Guimarães* foi apeado e conduzido para o hospício dos expostos, onde foi restaurado e limpo dos restos das pinturas e douraduras que antigamente o cobriam. Seria implantado no frontispício da Casa da Câmara na tarde de 20 de junho de 1877, sobre um pedestal feito de novo, de onde passou a dominar a velha Praça Maior de Guimarães.

Por ter um rosto esculpido sobre o ventre, algum dia alguém disse que tinha duas caras. Daí a afirmar-se que os de Guimarães têm duas caras foi curto o caminho. Não sabemos quando começou a circular o rifão, mas já corria no início do século XX.

*

O templo de Janus, deus romano dos destinos, das encruzilhadas, das passagens e das portas, permanecia aberto em tempo de guerra e fechado em tempo de paz. Janus tinha duas faces, uma voltada para o passado, a outra, para o futuro. Se Janus congrega passado e futuro, guerra e paz, passagem e porta, então os contrários interagem, não para se ultrapassar ou anular, mas para coexistir dialogicamente. Sem pedir licença à razão categórica, a virtude emerge do vício, a ternura abraça o monstro, o desagradável agrada e o baixo um dia se elevará (Gonçalves, 2017).

Duas caras tinha Janus, o deus de todos os começos, aquele que tem o pretérito e o futuro diante dos olhos. Tem um rosto voltado para o que passou, outro que encara o porvir, o que lhe permite encarar o presente com prudência, razão pela qual os

romanos o colocavam a guardar os caminhos por onde passavam os seus soldados. A representação de Hermes bifronte também tem dois rostos, um feminino, outro masculino. Simboliza a fecundidade que nasce da união dos opostos – o dia e a noite, a luz e as trevas, o sol e a lua, a vida e a morte, o passado e o futuro. Relaciona-se com as encruzilhadas, para onde convergem caminhos divergentes. No fundo, estas deidades bifaciais simbolizam a consciência histórica enquanto conhecimento útil para a compreensão do presente e instrumento de construção do futuro. Uma representação deste género bem poderia ser a personificação de Guimarães, cuja identidade comunitária está indelevelmente marcada pelo peso da herança histórica. Mas não é o caso.

A explicação das duas caras do *Guimarães* não está nas dualidades poéticas que envolvem Janus ou Hermes bifronte. A expressão é usada com intenção pejorativa para classificar alguém que não é sincero, de carácter volúvel, fingido, dissimulado ou traiçoeiro. Alguém em quem não se pode confiar, que diz uma coisa pela frente e outra pelas costas. Segundo o *Diccionario da lingua portugueza*, do padre Rafael Bluteau, na versão acrescentada por António de Moraes Silva, o termo *disfrace* (disfarce) deriva da palavra céltica *disfracs*, que significa duas caras (Bluteau & Silva, 1789, p. 443). Neste sentido, o homem bifronte é aquele que se oculta atrás de um disfarce. Mostra duas faces e, não se sabendo em qual delas se pode confiar, em nenhuma se confia.

Sabendo-se que duas caras são sinónimo de duplicidade, de volubilidade e de hipocrisia, não se percebe como alguém possa utilizar essa imagem para se representar a si próprio ou para simbolizar a sua pátria, não sendo crível que os vimaranenses que mandaram fazer aquela figura para representar a sua terra fossem dotados de uma tão paradoxal e desprendida autoironia.

O ápodo das duas caras foi forjado na mesma matriz maldizente de onde saíram os ditados tópicos “usados em muitas regiões para definir de maneira burlesca ou pejorativa as comunidades vizinhas” (Dias, 1961, 43). Reflexo da hostilidade entre localidades, são sentenças formuladas a partir de trocadilhos que jogam com a sonoridade dos topónimos. No caso de Guimarães, a terminação no ditongo *ães* abriu a porta, no dizer de A. L. de Carvalho, a uma “canzoada infrene” (Carvalho, 1955). Já em meados do século XVII, D. Francisco Manuel de Melo, na *Visita das Fontes*, colocava numa das falas do soldado a expressão *Guimarães, onde prendem a gente, e soltam os cães* (Melo, 1906, p. 119). José Leite de Vasconcelos, na sua breve recolha de *Ditados Tópicos*, acrescenta um par de exemplos — *Guimarães, a cada porta sete cães* ou *Guimarães, perna torta, pai dos cães* (Vasconcelos, 1882, pp. 15-16). Estas expressões, plenas de mordacidade, mas vazias de significado literal, são usadas também para outras terras com a mesma terminação no nome, como Gondiaães, Chavães ou Fiães. E, se outra fosse a terminação, como a de Tenões, que rima com ladrões e com cabrões, pior poderia ser a sorte.

O anexam das duas caras de Guimarães será, assim, um dos exemplos dos ápodos tópicos, “de bem curta inventiva na maledicência e bem pálidos como ironia”, na descrição de Rocha Peixoto (1967, p. 320). Nasce de um trocadilho visual que joga com o rosto do guerreiro e a cara estilizada representada sobre o ventre do *Guimarães*.

Um dos traços mais bem definidos do modo de ser dos vimaranenses reside no apego dos cidadãos à sua cidade. Um sentimento de pertença que se exprime de forma tão intensa que houve quem lhe aplicasse o conceito de hiperidentidade, “de quase mórbida fixação na contemplação e no gozo da diferença que nos caracteriza ou nós imaginamos tal no contexto de outros povos, nações e culturas”, que Eduardo Lourenço (1990, p. 10) cunhou para caracterizar a relação dos portugueses com Portugal. Esse vínculo comunitário foi bem percebido por Jorge Sampaio, que costumava repetir que em Guimarães se sente “um verdadeiro patriotismo de cidade”, no sentido de “pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe” que lhe deram Castells e Borja (1996, p. 10).

Sendo o *Guimarães* uma estátua encomendada por vimaranenses para personificar a sua terra, não é imaginável que gente tão reconhecidamente ciosa das virtudes da sua pátria a fizesse representar com duas caras, assumindo, por extensão, que os vimaranenses eram gente sem palavra. Esta evidência não impediu que, em tempos recentes, houvesse quem assumisse que o *Guimarães* tinha mesmo duas caras e procurasse encontrar para elas uma explicação mais conveniente, procedendo a uma imaginativa contorção em que as duas caras passariam a atestar, não uma debilidade de carácter, mas o heroísmo lendário da hoste vimaranense na conquista de Ceuta, em 1415. Invocava-se uma história antiga muito repisada, mas que nunca aconteceu, a que a repetição e o tempo deram foros de verdade. O insuspeito Alfredo Pimenta que, além de medievalista reputado, era vimaranense, chamou-lhe “história da carochinha” (Pimenta, 1940).

A referência mais antiga a esta efabulação apareceu numa carta de um leitor, publicada na edição de 21 de julho de 1957 do semanário *Notícias de Guimarães* (Silva, 1957). Conta-se assim:

Após a tomada de Ceuta, D. João I repartiu as funções de vigilância e defesa das diferentes portas daquela praça marroquina pelas hostes das terras que participaram na conquista. Como os de Barcelos teriam fraquejado na missão que lhes coube, desguarnecendo a porta que deveriam defender, terão sido rendidos pelos de Guimarães, que assim assumiriam a guarda de dois troços da muralha. Segundo esta explicação, as duas caras do *Guimarães* representariam as duas frentes que os vimaranenses teriam defendido na praça de Ceuta. Para honrar aquele ato de heroísmo e punir a fraqueza dos de Barcelos, o rei terá decretado, *ad aeternum*, a famigerada

servidão da vassoura: dois vereadores barcelenses iriam varrer o terreiro da Oliveira e os açougues de Guimarães, nas manhãs dos dias das festas da Câmara, com um pé descalço e outro calçado, um barrete vermelho enterrado na cabeça, com rabo comprido, à *mourisca*, a cair pelas costas e uma faixa de baeta, também vermelha, atada à cintura, com o sapato e a meia do pé descalço pendurados e uma espada presa às avessas, do lado esquerdo.

Segundo a tradição, os de Barcelos terão cumprido esta servidão infame durante dois séculos, até já não haver entre os homens da sua governança quem aceitasse sujeitar-se a penitência tão vexatória, não se encontrando quem quisesse ser vereador. Barcelos acabaria por se livrar da afronta, em data que se desconhece, transferindo-a para os moradores de duas freguesias, Cunha e Ruilhe, que então teriam sido desmembradas do seu termo e anexadas a Guimarães.

É incontroverso que a obrigação aviltante de que fala a tradição existiu. Foi cumprida pelas freguesias de Cunha e Ruilhe que, anos a fio, lutaram nos tribunais para dela se livrarem, até à sua extinção em 1743, por determinação de D. João V. Porém, é também inquestionável que esta sujeição nada tem a ver nem com a conquista de Ceuta, nem com Barcelos. Por um lado, nenhum dos relatos da conquista de Ceuta confirma os factos que se descrevem; por outro, nenhum documento atesta que aquelas freguesias tenham pertencido, algum dia, ao concelho de Barcelos. Bem pelo contrário: está claramente demonstrado que já faziam parte do termo de Guimarães antes do final do século XIII, muito antes da tomada de Ceuta (Guimarães, 1908, pp. 347, 351 e 358).

Se a servidão da vassoura existiu, não se sabe quando começou. O texto mais antigo que se lhe refere é o *Tratado sobre a Província de Entre Douro e Minho e suas abundâncias*, assinado por Mestre António, cirurgião de Guimarães. Datado de 1512, ajuda-nos a perceber que a *servidão da vassoura* estará provavelmente relacionada com feitos das guerras com Castela que se seguiram à crise dinástica de 1383-1385, de que resultariam, escreve, “muitos privilégios, extremadamente à vila de Guimarães, que lhe deram título de mui nobre e sempre leal”. E acrescenta que “os que fugiram das guerras de outras partes, foram ajuntados em terras, lugares como degredados. E foram dados como tributários à dita vila de Guimarães para sempre, como hoje em dia os de Cunha e Ruilhe, que são daqueles. E vêm cada ano a varrer os açougues e praças e ruas da vila de Guimarães” (António, 1512). Nem Ceuta, nem Barcelos.

A *servidão da vassoura* parece integrar-se no horizonte dos coutos de homiziados na Idade Média portuguesa. Terá muito para contar, mas não é chamada para aqui.

Talhada em granito fino, a estátua do *Guimarães* representa um guerreiro que encara o horizonte com uma expressão serena, empunhando uma lança na mão direita e segurando um escudo no braço esquerdo. Está investido numa armadura, com a cumieira do elmo adornada com penas. No espaço da couraça que lhe protege o ventre, está esculpido um rosto esquemático e estilizado, com visíveis semelhanças com a representação mais tradicional do Sol – um disco com os traços do rosto humano, que lembra o que aparece no brasão da *Casa del Sol*, em Cáceres, ou o que se vê numa pedra com um rosto radiado do Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmiento. Dos ombros, cai-lhe um manto, cingido na cintura por uma faixa unida com um laço. Também tem laços nos tornozelos. Pelo que se percebe de fotografias antigas, em algum momento, já no século XX, a lança tomou o lugar de uma alabarda. Desconhecendo-se quem seja o seu autor, uma observação atenta permite concluir que poderá ser da mesma fábrica das estátuas que representam os reis das duas primeiras dinastias que contornam parte da fachada do palacete de Vila Flor, em Guimarães. A comparação de alguns pormenores do *Guimarães* com outros tantos da estátua de Afonso Henriques que encima o pórtico do palacete voltado a Norte parece apontar no sentido de que ambas as peças possam ter a mão do mesmo mestre pedreiro. Também são manifestas as semelhanças, na técnica e na forma, com as estátuas do Bom Jesus de Braga, em particular com a do Centurião de escudo e lança que guarda o adro da igreja. Assim sendo, não andaremos longe da verdade se situarmos o levantamento da estátua do *Guimarães* na primeira metade do século XVIII.

As fontes conhecidas não nos dizem em que ponto da Alfândega de Guimarães se ergueria. Muito provavelmente, teria sido colocada sobre o edifício de sobrado, juntamente com a segunda pedra de armas e as inscrições de que o Padre Caldas dá notícia.

O *Guimarães* inscreve-se nas linhagens das figuras epónimas, de que será um bom modelo a estátua da deusa Atena, fundadora e guardiã da cidade de Atenas, representada com a lança na mão direita, o escudo na esquerda, um penacho sobre a cabeça e uma couraça sobre o peito, com um rosto a decorá-la. Diferentes do *Basto*, que era originalmente a estátua de um guerreiro galaico, mas que sofreu uma reconfiguração quase caricatural, estão na mesma linha a figura do *Lamego*, que encima a fonte monumental da cidade que lhe dá o nome, ou o *Porto*, com o dragão sobre o elmo, originalmente alçado no antigo edifício dos Paços do Concelho portuense e que hoje está na Praça da Liberdade daquela cidade, ou as estátuas femininas como a da *Vila Real*, atualmente no edifício dos paços do concelho de que tomou o nome, ou a que representa Braga, alçada sobre o arco da Porta Nova bracarense.

O *Guimarães* não tem duas caras. O que leva esculpido sobre o ventre tem o mesmo significado e a mesma função dos laçarotes nas canelas ou do penacho no

elmo: é um simples ornamento, sem qualquer singularidade ou relevância simbólica. Poderia, como vimos, ter sido uma representação do Sol, mas a ausência da pintura original não o permite confirmar. Aliás, o rosto esculpido sobre o ventre nada tem de incomum. O *Porto*, por exemplo, também tem uma cara no mesmo local da sua anatomia, mas ninguém diz que os tripeiros têm duas caras.

*

Descartado o anexam das duas caras, fica uma pergunta: o que terá aquele homem de pedra, com armadura, lança e escudo, que o associe à cidade que lhe dá o nome? Desde logo a sua figura: um guerreiro, em pose marcial, determinada e vigilante, representação da honra, da coragem e da integridade. Quase um *cliché*, que tanto valeria para Guimarães, como para qualquer outra cidade europeia com lastro histórico, não fosse a singularidade dos elementos que preenchem a frente do escudo que segura no braço esquerdo, representando uma árvore e um animal estilizados.

A árvore é a oliveira milagrosa que, desde a Idade Média, está omnipresente em Guimarães, dando nome à Senhora, à colegiada, à praça. Personifica a perseverança e a fidelidade. O animal é um leão, signo de poder, nobreza e força, a quem se deve respeito e admiração e que se associa à justiça e à nobreza, mas que também pode ser um inimigo cruel e sanguinário, um devorador de homens. É, a par da águia, o bicho mais representado na heráldica. Foi assumido pelo rei Afonso IX de Leão nas suas armas reais, tornando-se na insígnia dos seus sucessores e sendo depois assumido nas armas reais de Espanha. Na heráldica portuguesa simboliza, geralmente, uma ligação à casa real leonesa.

A figura do leão está, assim, inevitavelmente associada ao reino de Leão, contra o qual se forjou a independência de Portugal. O que explica que não esteja representado como o majestoso leão rampante das representações heráldicas leonesas, mas subjugado pela oliveira, que se lhe sobrepõe e o domina com as suas raízes, que o envolvem como uns longos dedos, enclavinados como garras. O que ali vemos é um leão caído e derrotado.

Mesmo que não estejam inscritas num brasão, mas na decoração de um simples escudo, não podemos deixar de entender que as figuras representadas têm que ser lidas à luz da gramática da heráldica, quer por aquilo que representam (uma oliveira e um leão), quer pelo modo como são representadas (o leão subjugado pela oliveira).

No mundo real, a oliveira destaca-se pela sua perenidade. As suas folhas são perpetuamente verdes e a sua capacidade de adaptação, sobrevivência e regeneração fazem-na quase indestrutível. A primeira oliveira terá brotado no lugar onde Atena espetou a sua lança e onde seria fundada a cidade de Atenas. Segundo a

lenda, Guimarães terá tido um começo semelhante, tendo surgido em torno do sítio onde Wamba, futuro rei dos visigodos, enterrou o seu cajado, que logo começou a deitar ramos e folhas, fazendo-se uma frondosa oliveira. Simboliza a imortalidade e a fidelidade.

Nas representações heráldicas, o leão é geralmente representado na sua posição mais ameaçadora, alçado ou rampante, em movimento de investida, exibindo a força, a coragem e a nobreza da linhagem da família que o ostenta no seu brasão. Mas nem todas as representações mostram o leão nessa atitude de força e majestade. Noutras, menos comuns, pode apresentar-se subjugado, ferido, mutilado, servindo para exibir, como se exibem troféus de caça, a bravura dos ancestrais que derrotaram leões (Eugenio, 2003, p. 115). Estará nesse caso a composição do escudo do *Guimarães*, em que as raízes da oliveira que dominam o leão parecem replicar os braços com que Hércules estrangulou o poderoso Leão de Nemeia.

Na nossa leitura, as figuras que decoram o escudo da estátua da antiga casa da Alfândega de Guimarães remetem para as representações da independência de Portugal, arrancada por Afonso Henriques ao Reino de Leão, e para o papel de Guimarães na sua conquista, defesa e restauração. A associação do guerreiro tutelar de Guimarães aos feitos de Afonso Henriques é validada pela leitura de duas inscrições que estavam na Casa da Alfândega (Caldas, 1881, p.1).

Dizia a primeira:

GUIMARÃES. AUGUSTA. ALFONSI. CURIA. REGIS.

Tradução: *Guimarães, majestosa corte do rei Afonso.*¹

A segunda, é mais longa e de mais difícil decifração:

ARMA. MAGIS. NUMQUAM. NORAS. ALFONSE; QUIETEM:

CURA. LABOR. MAUROS. VINCERE. MAJOR. ERAT.

Proposta de interpretação: *Afonso, soubeste usar as armas mais do que nunca; vencer os mouros foi a tua maior empresa. Descansa em paz.*

Uma destas epígrafes, provavelmente a primeira, serviria de legenda ao *Guimarães*, ajudando a entender o significado do emblema gravado na pedra do escudo da estátua do guerreiro da Casa da Câmara: a oliveira que venceu o leão. Ou seja, Guimarães que resiste e que triunfa sobre Leão/Espanha, numa referência à contribuição vimaranense para a génese da nacionalidade portuguesa, para a sua afirmação em 1385, com D. João I, e para a sua recuperação e defesa, em 1640 e nas

1 Na tradução e interpretação das inscrições, a partir das transcrições do Padre Ferreira Caldas, o autor contou com o apoio fundamental de Agostinho Ferreira, a quem agradece.

guerras da Restauração, que ainda perdurariam nas memórias de muitos vimaranenses quando a estátua foi erigida. Ou seja, a estátua da antiga Alfândega simboliza a velha afirmação de Guimarães como primeira corte da monarquia portuguesa. Que é como quem diz, a sua proclamação como berço e esteio de um país improvável.



Figura 1. Estátua do Guimarães, Praça da Oliveira (fotografia de Ricardo Lopes).



Figura 2. Estátua do Guimarães, Praça da Oliveira (fotografia de Ricardo Lopes).



Figura 3. Escudo da estátua do Guimarães (ângulo lateral), Praça da Oliveira (fotografia de Ricardo Lopes).

Referências

- António, M. (1512). “Provincia Dantre Douro he Minho copillada por mestre Hantonio fisico he solorgiam morador na na Villa de de Guymaraees”, *Miscellanea histórica de Portugal* Séc. XVI, Cod. Ms 51-X-22 da Biblioteca da Ajuda, transcrito por Valentim, in *Uma família de cristãos-novos do Entre Douro e Minho: os Paz: reprodução familiar, formas e mobilidade social, mercancia e poder (1495-1598)*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008, <http://hdl.handle.net/10451/1737>, Corpo documental, pp. 19-31. Atualização ortográfica da responsabilidade do autor deste texto.
- Bluteau, R., & Silva, A. M. (1789). *Dicionário Lingua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Livraria de Thadeo Ferreira.

- Bluteau, R. (1713). *Vocabulário Portuguez e Latino*. Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Vol. IV. Letra I, p. 54.
- Caldas, A. J. F. (1881). *Guimarães: apontamentos para a sua história*. vol. I, Typ. de A. J. da Silva Teixeira.
- Carvalho, A. L. de (1955). Etnografia e Folclore Vimaraneses. *Notícias de Guimarães*, n.º 1243 (30-10-1955).
- Castells, M., & Borja, J. (1996). *As cidades como atores políticos*. Novos Estudos. CEBRAP, 45, 152-166.
- Costa, C. da (1706). *Corografia Portuguesa*, Tomo I, Oficina de Valentim da Costa Deslandes.
- Dias, J. (1961). *Ensaios etnológicos*, Junta de investigações do Ultramar. Centro de Estudos Políticos e Sociais.
- Ecco (1838). Carta do cidadão Kikiriki Júnior ao Barbeiro Ecco. *Jornal crítico, literário e político*, n.º 290, de 4-08-1838, Porto, pp. 4764-4767 (republicação de texto do *Periódico dos Pobres no Porto*, N.º 174).
- Eugenio, L. V. B. M. de (2003). *Simbología Y Diseno de la Heráldica Gentilicia Galaica*. Hidalguia.
- Filipe II (1611). *Carta ao Provedor da Comarca de Guimarães a sancionar a arrematação da casa da Alfândega da vila de Guimarães*, 23-09-1611. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Guimarães, 7-23-6-10.
- Gonçalves, A. (2017). *Janus*, Tendências da Imagem. Consultado em Agosto 27, 2022 em: <https://tendimag.com/2015/06/19/janus/>.
- Guimarães, J. G. O. (1902). Apontamentos para a História de Guimarães. O arquitecto João Lopes de Amorim. *Revista de Guimarães*, 19 (3) Jul.-Set., 120-131
- Guimarães, J. G. O. (1908). *Vimaranis Monumenta Historica*. Guimarães.
- Lourenço, E. (1990). *Nós e a Europa ou as duas razões*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- Melo, F. M. (1906). *Apólogos Dialogaes*. Biblioteca de Clássicos Portugueses.
- Peixoto, R. (1967). Apodos tópicos. In *Estudos de Etnografia e Arqueologia*, Obras, Vol. I, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
- Pimenta, A. (1940). *Guimaraís. Publicação comemorativa das Festas Centenárias de 1940* (em colaboração com Alfredo Guimarães). Guimarães. pp. 19- 21 (nota de rodapé).
- Ribeiro, M. A. (1863). *Planta da cidade de Guimarães*. Câmara Municipal de Guimarães. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Guimarães, 8-3-3-1.
- Silva, F. (1957). Expediente. *Notícias de Guimarães*, n.º 1334 (21-07-1957).
- Vasconcelos, J. L. de (1882). *Dictados Topicos de Portugal coligidos da tradição oral*. Tip. Aurora do Cávado.